

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

É de conhecimento público a enorme sobrecarga dos Hospitais Públicos no contexto do surto epidémico, que se torna mais evidente na Região de Coimbra, com a concretização da fusão dos hospitais em Coimbra que acarretou uma colossal sobrecarga de trabalho e uma degradação generalizada das condições de trabalho dos profissionais de saúde e uma degradação dos serviços de saúde prestados.

É urgente tomar medidas, no plano do reforço do Serviço Nacional de Saúde em trabalhadores e meios materiais (medidas já necessárias antes do surto epidémico), tornando-se também essencial e imprescindível que se tomem medidas excepcionais, que possam dar a devida resposta no combate à Covid-19, assegurando que os doentes não Covid-19 têm também resposta digna.

Nesse contexto todas as estruturas públicas de prestação de cuidados de saúde deveriam estar ao serviço da população e do país. O ex-Hospital Militar de Coimbra, agora Centro de Saúde Militar de Coimbra reúne todas os equipamentos e infraestruturas necessárias para a disponibilização de cuidados de saúde, possui capacidade de internamento, dois blocos operatórios, capacidade de realização de análises clínicas, serviços de medicina física e reabilitação, imagiologia e cardiologia, existindo, ainda, estruturas que prestam cuidados de ortopedia, psiquiatria, medicina dentária, reabilitação, entre outras (apesar das sucessivos ataques, como a perda de valências denunciadas recentemente pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas).

O recurso ao sector privado, com custos exorbitantes para o Estado, tem sido regra, quando existem na região alternativas para reforçar em meios físicos o SNS e ampliar a sua capacidade de resposta. Todos os recursos públicos existentes têm de ser colocados ao dispor do país, com a aplicação de medidas consequentes que, de facto, contribuirão para o combate à Covid-19 e também para conseguir dar adequada resposta a todas as outras patologias.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se a V.^a Ex.^a que possa remeter ao Governo, por intermédio do Ministério da Saúde, as seguintes questões:

1. Tem o Governo, articulando os ministérios da Saúde e da Defesa Nacional, programado a utilização destas infraestruturas no atual contexto de sobrecarga dos Hospitais da Região de Coimbra?

2. Por que razão estão a ser praticados acordos com o sector privado, quando o SNS dispõe de meios próprios subaproveitados na região que poderiam ampliar a sua capacidade de resposta?

Palácio de São Bento, 23 de novembro de 2020

Deputado(a)s

ANA MESQUITA(PCP)

PAULA SANTOS(PCP)

JOÃO DIAS(PCP)